

COM A REFORMA ADMINISTRATIVA QUEM PERDE É VOCÊ!

1. População terá menos serviços públicos. O que sobrar, será sucateado;
2. Serviços públicos que hoje são gratuitos podem passar a ser cobrados;
3. Cargos públicos podem ser ocupados por indicados políticos sem qualificação;
4. O servidor que não aceitar desvios e corrupção pode sofrer perseguição e ser desligado;
5. Os servidores mais prejudicados serão aqueles que atendem diretamente a população, como profissionais da educação, saúde e segurança;
6. A pobreza e a desigualdade vão aumentar;

OS TRÊS PONTOS MAIS PREOCUPANTES DA REFORMA ADMINISTRATIVA:

GOVERNO ABRIRÁ MÃO DE OFERECER SAÚDE E EDUCAÇÃO

A Reforma Administrativa é um Projeto de Emenda à Constituição (PEC) que muda diversos pontos da lei máxima do nosso país. A mais grave das mudanças é possibilitar o repasse de áreas como educação e saúde públicas para a iniciativa privada. O governo não será mais obrigado a oferecer serviços públicos para a população! Segundo o texto da Reforma, o Estado brasileiro passaria a atuar de forma "subsidiária", ou seja, o Estado auxiliaria e supriria a iniciativa privada em suas deficiências e carências, só a substituindo excepcionalmente.

Essa proposta desvirtua por completo o entendimento da constituição, que diz ser de responsabilidade dos governos a prestação de serviços essenciais. A atuação do Estado seria a exceção, não a regra. Se aprovada, esta proposta reforçará os vetores de exclusão, desigualdades e pobreza já presentes em larga escala na realidade brasileira.

FIM DA ESTABILIDADE PREJUDICA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A proposta prevê o fim do Regime Jurídico Único para novos contratados, exceção feita somente àqueles que ingressarem nas chamadas "carreiras típicas de Estado", as quais tampouco estão definidas na PEC. Mas afinal, o que seria mais típico de Estado no atual contexto pandêmico que as carreiras das áreas de saúde, assistência social, educação e meio-ambiente?

Para as demais formas de contratação alinhavadas na PEC, prevê-se o fim da estabilidade funcional dos servidores nos respectivos cargos públicos. A estabilidade é a garantia da continuidade dos serviços públicos independente de quem está no governo. O servidor estável tem mais segurança para denunciar e se contrapor a qualquer ordem que seja ilegal ou contra o interesse da sociedade. Para denunciar corrupção, para não aceitar participar de "rachadinhas", para fazer a lei valer mesmo para os mais poderosos. o fim da estabilidade facilita a perseguição política e permite que todos os servidores sejam dispensados a cada troca de governo."

PRESIDENTE PODERÁ EXTINGUIR CARGOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

A proposta prevê a criação de super poderes ao presidente da República, ao transferir para seu raio de discricionariedades as decisões (unilaterais) sobre criação ou destruição de organizações, carreiras e cargos no âmbito da administração pública federal. Uma medida claramente antirrepublicana e antidemocrática. Essa mudança afetaria as universidades e institutos federais, que poderiam ser extintas ou sofrer fusões. É importante lembrar que a autonomia universitária tem sido mitigada no judiciário.

A REFORMA ADMINISTRATIVA ATINGE OS ATUAIS SERVIDORES!

VEJA COMO:

1 A PEC abre a possibilidade de contratos de cooperação. O estado poderá passar atividades para a iniciativa privada, inclusive repassando servidores e infraestrutura. O IFRS, por exemplo, poderia ser repassado integralmente para a iniciativa privada.

2 Modificação sobre a demissão dos servidores públicos. A PEC estabelece regras de desempenho com novos parâmetros, o que será definido por lei ordinária, que é aprovada por quorum simples na câmara e senado, podendo ocorrer votação dos líderes sem ir à plenário. Uma lei ordinária não precisa de grandes acordos políticos. Atuais servidores poderão sofrer em grande medida este impacto.

3 A PEC traz a vedação da redução de jornada de trabalho sem redução de remuneração. Esta alteração significa o fim da flexibilização, que passaria a ser ilegal. Os servidores já flexibilizados podem ter que retornar para as 8 horas.

PREJUDICAR OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E SAÚDE NÃO VAI MELHORAR O SERVIÇO PRESTADO À POPULAÇÃO! DIGA NÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA!



Av. João Pessoa, 1392 - Santana, Porto Alegre/RS
CEP 90040-001

www.assufrgs.org.br

 51 3228 1054

 @Assufrgs Sindicato

 @assufrgssindicato